

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

PEDRO HADBA

Uma análise da trajetória histórica do Agronegócio no Brasil:
a reiteração de um campo desigual

São Carlos
2020

PEDRO HADBA

Uma análise da trajetória histórica do Agronegócio no Brasil:
a reiteração de um campo desigual

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Ambiental, da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Engenheiro Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho

VERSÃO CORRIGIDA

São Carlos

2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Prof. Dr. Sérgio Rodrigues Fontes da
EESC/USP com os dados inseridos pelo(a) autor(a).

H125u Hadba, Pedro
Uma análise da trajetória histórica do
agronegócio no Brasil: a reiteração de um campo
desigual / Pedro Hadba; orientador Joelson Gonçalves
de Carvalho. São Carlos, 2020.

Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) --
Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de
São Paulo, 2020.

1. Questão Agrária Brasileira. 2. Latifúndio. 3.
Agronegócio. 4. Capital Financeiro. I. Título.

Eduardo Graziosi Silva - CRB - 8/8907

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): **Pedro Hadba**

Data da Defesa: 23/11/2020

Comissão Julgadora:

Resultado:

Joelson Gonçalves de Carvalho (Orientador(a))

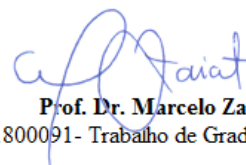
Aprovado

Marcelo Zaiat

Aprovado

Marcel Fantin

Aprovado



Prof. Dr. Marcelo Zaiat
Coordenador da Disciplina 1800091- Trabalho de Graduação

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, não há como agradecer o suficiente minha mãe, Alcione e meu pai, Beni por todo o suporte e apoio incondicional à todas as minhas decisões, pelas oportunidades que me proporcionaram durante toda a minha vida e pelos valores que me ensinaram resultando na pessoa quem sou hoje;

À minha irmã, Rafaela, que sempre me ajudou a entender quem eu sou, e que apesar da distância carrego comigo com muito carinho;

Ao meu grande companheiro e mais antigo amigo, Nagem, por me incentivar aos estudos, me proporcionando à ser uma pessoa mais sábia e mais humilde;

Ao Tiago, parceiro de boas prosas e boas aventuras;

Aos irmãos e irmãs que a vida me presenteou: Willy, Cebola, Thais, Dendê, Alê, Aurélia, Dimas, Willian. Com quem tive a felicidade de, além de dividir um teto, dividir incontáveis trocas de carinho;

Ao Augusto, grande camarada de bons pitos, que me incentivou e contribuiu para que eu finalizasse meu trabalho;

Ao camarada Joelson, por me orientar de maneira tão respeitosa e que soube contribuir acertadamente com a elaboração desse trabalho;

Ao Heliton, querido amigo que me ouviu durante todo o período de elaboração desse trabalho;

Ao Gabriel, meu psicólogo que me auxiliou internamente durante os tempos difíceis que passei;

Aos meus colegas da Associação Veracidade, Djalma, Mauro, Sr. Tadeu, Dri, Amanda, Dani, Joana, Júlia e Aline, com quem tive a honra de trabalhar junto;

Ao mestre Guina, que me apresentou o mundo da agrofloresta e à uma forma diferente de enxergar a vida;

A todos aqueles que dedicam sua vida para produzir alimentos saudáveis, e que realmente alimentam o povo brasileiro, em especial: Maridélia, Lindamira, Sr. Divino, Andreia, Tião e Rafa.

"O guerrilheiro é antes de tudo um revolucionários agrário."

(Che Guevara, 1961)

RESUMO

HADBA, P. **Uma análise da trajetória histórica do Agronegócio no Brasil:**

a reiteração de um campo desigual. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020.

O presente trabalho expõe, de maneira concisa, o desenvolvimento da estrutura agrária no Brasil e as suas contradições. A partir de uma revisão bibliográfica, baseada na dialética marxista e no estudo de clássicos da questão agrária e da economia política, apresenta o processo de formação do agronegócio moderno (pós-2000) desde o início da propriedade privada no país com a instauração da Lei de Terras (1850). Explora seus protagonistas (o latifundiário capitalista, o escravo, o imigrante, o trabalhador, a burguesia, a terra, o Estado, as transnacionais e o capital financeiro), evidenciando o desequilíbrio de suas relações, bem como as questões socioeconômicas daí oriundas. Com foco na compreensão da concentração fundiária; transformações do modo de exploração da mão de obra; complexificação e tecnificação do processo produtivo a partir da Revolução verde; intensificação de políticas neoliberais e na subordinação do país aos interesses estrangeiros; o trabalho demonstra a complexidade e as injustiças do sistema político-econômico do capitalismo no Brasil.

Palavras-chave: Questão Agrária Brasileira. Latifúndio. Agronegócio. Capital Financeiro.

ABSTRACT

HADBA, P. **An analysis of the historical trajectory of Agribusiness in Brazil:** the reiteration of an unequal field. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020.

This thesis briefly exposes the development of the agrarian structure in Brazil and its contradictions. Based on a literature review grounded on Marxist dialectics, as well as in classic studies on the agrarian issues and political economy, it presents the formation processes of the modern agribusiness (post-2000), since the institution of private property in the country through the establishment of the Land Law (1850). It explores its main characters: the capitalist latifundium, the slave, the immigrant, the worker, the bourgeoisie, the land, the state, the transnational and the financial capital. Then, it evidences their unbalanced relations, as well as the social and economic issues arisen from them. Focused on the comprehension of land concentration; transformations of labor exploitation; complexification and technification of the agricultural production process due to the Green Revolution; intensification of neoliberal public policies and the subordination of the country to foreign interests; this paper demonstrates the complexity and the injustices of the political and economic system of capitalism in Brazil.

Keywords: Brazilian Agrarian Issues. Latifundium. Agribusiness. Financial Capital.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 - LATIFÚNDIO MONOCULTOR: GÊNESE E ESTRUTURAÇÃO DO AGRO BRASILEIRO.....	19
1.1 A LEI DE TERRAS E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO	19
1.2 Do IMIGRANTE COLONO AO TRABALHADOR ASSALARIADO.....	22
1.3 - A CRISE DE 1929 E O CRESCIMENTO INDUSTRIAL	26
CAPÍTULO 2 - A REVOLUÇÃO VERDE E A TECNIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO: O BERÇO DO AGRONEGÓCIO	31
2.1 - A REVOLUÇÃO VERDE E O PACOTE TECNOLÓGICO.....	31
2.2 – Os COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS.....	37
CAPÍTULO 3 – O AGRONEGÓCIO PÓS 2000 E AS NOVAS PROBLEMÁTICAS NO CAMPO.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga as relações entre capital e trabalho em tal processo de complexificação e desenvolvimento do meio agrário brasileiro. A partir de uma revisão bibliográfica fundamentada na dialética marxista, e no estudo de clássicos da questão agrária e da economia política, levanta-se em linhas gerais, as características da estrutura fundiária do país.

Estrutura esta, que carrega em si, polaridades de classe, basicamente entre proprietários e trabalhadores, que assumiram, durante todo o contexto histórico de análise, formas diferentes. Quais sejam: latifundiários e escravos; latifundiários e colonos; latifundiários e assalariados; empresários e operários rurais.

Tendo como objetivo elaborar, de maneira concisa, o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, bem como suas contradições pelas relações de exploração e subserviência. Com o escopo temporal desde a aprovação da Lei de Terras (1850), que instaura a propriedade privada no país durante o ciclo do café, até a consolidação, nos anos 2000, da máxima do capitalismo no campo, representado pelo modelo produtivo multifacetado e tecnológico do Agronegócio.

Expõe também a posição do Brasil no cenário internacional, e o seu papel histórico de nação exportadora de produtos primários, *commodities*. Analisando os antagonismos resultantes de um desenvolvimento tecnicista voltado aos interesses do mercado estrangeiro, como o dilema da concentração fundiária e da privatização do Estado.

O estudo aborda ainda, como a modernização da produção e o dinamismo das relações de trabalho, conectado às mudanças conjunturais internas e externas no sistema político econômico capitalista, formam a organização socioeconômica do atual Brasil. Assume-se, a priori, que apesar dos dinamismos e das transformações, mantém-se constante a massiva exploração e as exclusões sociais, além de culminar na geração de novas problemáticas, a exemplo das questões ambientais e do crescente poderio do capital financeiro perante a soberania nacional.

Capítulo 1 - Latifúndio Monocultor: gênese e estruturação do agro brasileiro

1.1 A Lei de Terras e a Abolição da Escravidão

Em 1850, duas semanas após a proibição do tráfico negreiro, o Senado brasileiro aprovou a Lei de Terras, formalizando, assim, a mercantilização da propriedade fundiária. O que, antes, era uma concessão de uso da Coroa, agora poderia ser comprado. A lei instaurou a propriedade privada, atribuindo um valor monetário a um bem natural de modo a impossibilitar as baixas classes sociais da época de se tornarem proprietárias de terra, sobretudo os futuros ex-escravos e os imigrantes europeus. Desse modo, pode-se dizer que "a cessação do tráfico negreiro impôs alterações no regime de propriedade, que constituíam na verdade, mecanismos de subjugação do trabalho" (MARTINS, 2017, p. 128).

A essência da nova lei era o caráter excludente e socialmente desigual. Por ser determinada pela situação financeira, a aquisição da terra passou a concentrar-se ainda mais na mão de minorias já proprietárias ou com recursos suficientes para comprá-la. Quem não dispunha de dinheiro manteve-se subalterno aos interesses dos grandes fazendeiros, fornecendo a sua força de trabalho.

A Lei nº601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (STEDILE, 2005, p. 23).

Em seu artigo segundo, a lei passou a coibir o apossamento e o desmatamento de terras devolutas ou alheias, configurando em prisão e multa àqueles que praticassem tais atos, assim como despejo e perda de benfeitorias.

Contudo, a atuação do Estado, perante as posses ilegais, diferia em muito entre os senhores de grandes extensões de terras e os lavradores pobres. Enquanto o primeiro, pela sua condição econômica e laços políticos, ignorava muitas vezes a lei para ampliar seus latifúndios, o segundo se encontrava perseguido e restringido para se apossar do mais ínfimo pedaço de chão (SILVA, 2015).

[...] os grupos que historicamente ocuparam e usaram a terra sustentados em outros critérios que não os jurídicos e de mercado

viram suas lógicas questionadas, foram expulsos, violentados, transformados em intrusos, vadios e criminosos (SILVA, 2015, p. 92).

Além do mais, a Lei de Terras serviu como um aparato jurídico à oligarquia rural para liquidar aqueles que perturbavam o seu domínio territorial e sua expansão produtiva. Quando não pela violência direta, passaram a utilizar-se dos mecanismos do Estado para despejar pequenos posseiros ou outros povos que encontravam em seu caminho.

Afinal, para esses homens, era e sempre é possível, em nome da civilização, serem incivilizados. Logo, se um agregado ou um pequeno posseiro representasse um entrave ao latifúndio e à sua expansão, analisava-se o fato e o contexto. Sendo possível, matava-se o vivente e passava-se fogo nas suas rústicas benfeitorias. Entretanto, quando essa possibilidade trazia mais problemas do que soluções, a alternativa era abrir uma ação de despejo ou algo do gênero. Nesse caso, o Estado se responsabilizaria por fazer o “trabalho sujo” (SILVA, 2015, p. 104).

O fim do tráfico negreiro internacional levou a uma escalada nos preços dos escravos no mercado interno, ocasionando o tráfico interprovincial. Os escravos eram deslocados das decadentes lavouras de cana-de-açúcar do Nordeste para as crescentes e mais valorizadas lavouras de café do Sudeste. Tendo em vista a finitude dessa força de trabalho e a expansão acelerada da produção cafeeira, os fazendeiros precisavam de uma alternativa para assegurar suas produções futuras. A solução foi substituir a mão de obra escrava africana pela dos imigrantes europeus. No entanto, essa seria uma lenta transição, que, apesar de iniciar-se nesse período, acentuou-se no final do século XIX (MARTINS, 2017).

A escravidão caminhava para o fim desde 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico negreiro. Essa legislação foi resultado da pressão política da Inglaterra, que já proibira o tráfico cinco anos antes, consolidando, assim, novos mercados para sua crescente produção industrial. Outras leis foram decretadas em sequência, como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), que intensificaram cada vez mais o caminhar para a abolição da escravatura. O crescente número de escravos que fugiam das plantações e se organizavam nos quilombos também contribuíram para esse processo.

Foi apenas em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, que houve a "libertação" oficial dos escravos, um fim formal da escravidão pré-capitalista que apenas reconfigurou o modo de coerção sobre o indivíduo para extrair sua mão de obra. O Brasil foi o último país do hemisfério ocidental a formalizar o fim dessa prática desumana, devido à conduta conservadora e condenável da oligarquia agrária brasileira. Visto que essa classe chegou a pautar, no Congresso, se os proprietários seriam ou não indenizados pela libertação dos escravos, ou seja, pela "perda" de seus "ativos", e no caso, não foram (STEDILE, 2005).

A pauta da indenização era de extrema importância aos fazendeiros. Para eles, seu principal ativo era a pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada. Os escravos comprados dos traficantes representavam a virtude da possibilidade de ganho sobre a mercadoria produzida através de seu trabalho na lavoura. Para além de fonte de mão de obra, eles exprimiam, portanto, o maior patrimônio dos fazendeiros, a ponto de consistirem no penhor do pagamento de empréstimos. Praticamente todo o capital de custeio provinha de hipotecas lançadas sobre a escravaria da fazenda (MARTINS, 2017).

Após a promulgação da Lei Áurea, uma estimativa de 2 milhões de escravos saíram das fazendas e se deslocaram para as cidades em busca de uma nova vida. Entretanto, pouco encontraram. Apesar de "libertos", não estavam livres de seu passado como escravos. Com isso, permaneceram à margem da sociedade. Gozavam da liberdade por lei, porém não de fato, visto que não possuíam terra para iniciar uma nova vida, tampouco conseguiram ser empregados nos centros urbanos. Impedidos de se transformarem em camponeses, o que restou para muitos foi dar continuidade a suas míseras vidas nas fazendas ou trabalhar nos portos. Esses trabalhadores negros também foram obrigados a buscar as piores terras para viverem: áreas afastadas e indesejadas pelos capitalistas, dando início à criação das favelas (STEDILE, 2005).

O êxodo rural, fenômeno recorrente durante toda história da ocupação territorial brasileira, é social e politicamente relevante, por ser fruto de um desequilíbrio causado pelo conflito de interesses entre os mais abastados e os mais necessitados. Essa mudança territorial dos trabalhadores rurais para a cidade sempre foi marcada pela escassez de condições para a sua manutenção no campo, seja por falta de emprego, terra ou condições para lutar contra a força coercitiva dos grandes capitalistas.

O êxodo rural brasileiro, com todas as suas implicações urbanas, não foi caracterizado, portanto, pela busca de melhores condições sociais e econômicas, mas sim porque se tornou uma das poucas alternativas possíveis aos desprovidos de terra. (CARVALHO, 2010, p. 2)

A população oriunda da miscigenação entre brancos, negros e índios não se enquadrava como escrava, porém foi igualmente impedida de se tornar proprietária de terra. Muitos desses trabalhadores pobres viviam agregados às fazendas, efetuando tarefas auxiliares em troca de um salário mensal. Outros caminharam para o interior do país em busca de terras desabitadas. Assim, passaram a ocupar e povoar novos territórios, criando comunidades baseadas na produção agrícola de subsistência, formando uma nova e importantíssima parte do campesinato brasileiro.

[...] produto do sertão, local ermo, despovoado, o camponês recebeu o apelido de “sertanejo” e ocupou todo o interior do território do Nordeste brasileiro e nos Estados de Minas Gerais e de Goiás (STEDILE, 2005, p. 27).

1.2 Do imigrante colono ao trabalhador assalariado

O processo de transição da mão de obra escrava para a do trabalhador livre não tem um começo e um fim muito bem definidos. Ambos – e, também, outras formas de relação de trabalho como a parceria e a camaradagem – existiram antes e após o fim da escravidão propriamente dita. Entretanto, a partir de 1880, com subsídios do Estado brasileiro e dos países europeus, intensifica-se o fluxo de imigrantes da Europa para o Brasil. Impossibilitados de se tornarem proprietários de terra por conta da Lei de Terras e munidos apenas de sua força de trabalho, esses recém-chegados ficaram à mercê dos grandes fazendeiros, ocupando o lugar dos escravos nas lavouras de café através do regime de produção sob a forma de colonato.

Ao chegarem às fazendas, os colonos, ou seja, as famílias de imigrantes, eram responsabilizados pelo trato do cafezal (plantado anteriormente pelos escravos) e pela colheita. Recebiam, por esse trabalho, baixas remunerações monetárias: uma anual, pelo cuidado da lavoura, e outra pela quantidade colhida.

Além disso, o fazendeiro provia, às famílias, moradia e uma pequena área para produção de gêneros alimentícios (FAUSTO, 2006, p. 159). Apesar de serem trabalhadores livres, não foram raros os casos de colonos "escravizados" por dívidas, principalmente por despesas que as famílias contraíam para chegar de seu país à fazenda onde iriam trabalhar.

[...] o fim da escravidão e o advento do trabalho livre, que ganhou substância na imigração, não foi processo igual para o escravo e para quem não fora escravo, para o imigrante europeu. Com ele, o primeiro ganhou a propriedade da sua força de trabalho; enquanto o segundo, expulso da terra ou dela desprovido, liberado da propriedade, tornou-se livre, isto é, despojado de toda propriedade que não fosse a da sua força de trabalho. Para um, a força de trabalho era o que ganhara com a libertação; para o outro, era o que lhe restara (MARTINS, 2017, p. 34).

Aproximadamente três milhões de camponeses pobres europeus chegaram ao Brasil entre 1851 e 1915, em sua maioria italianos, espanhóis e portugueses. Eles se concentraram mais intensamente nas regiões Sul e Sudeste, onde estavam as lavouras de café (RIBEIRO, 1995, p. 242). No entanto, para a família de colonos, o café representava renda secundária, pois seu principal meio de sobrevivência e reprodução era a agricultura de subsistência – praticada muitas vezes entre as linhas de café – e a venda de seus excedentes. Assim, não cabe enquadrá-los como trabalhadores assalariados, apesar de suas remunerações. Essa classe gozava de abundância de alimentos, mas, ao mesmo tempo, tinha pouca renda monetária, e, portanto, uma pobreza material.

O progressivo fim da mão de obra escrava no campo e a sua substituição pela do trabalhador livre, simbolizada pelo colono, trouxe uma importante mudança na dinâmica econômica e produtiva das fazendas cafeeiras. A liberação do grande volume de capital outrora investido na compra e manutenção do escravo levou, a despeito das despesas de remuneração dos colonos, ao aumento das reservas patronais.

Para a cafeicultura, a escravidão entrou em crise quando seu custo revelou-se irracional em face dos preços do café, quando comprometeu a taxa de lucro da fazenda cafeeira e quando entrou em conflito com a racionalidade econômica alternativa e possível do trabalho livre. Daí que a liberdade do escravo não tenha se constituído em liberdade para o escravo, no que liberdade propriamente significa, e sim liberdade para o fazendeiro, isto é, para

o capital que ele representava e personificava, ainda que no marco e nas limitações que o tolhiam (MARTINS, 2017, p. 226).

Com a nova disponibilidade de recursos, os fazendeiros puderam investir em maquinários modernos para o beneficiamento do café que começaram a surgir entre 1860 e 1880. Apesar da modernização da agricultura se fortalecer com o advento do trabalhador livre, cabe ressaltar, que não era o escravo a causa do atraso produtivo, e sim, a escravidão (MARTINS, 2017).

[...] o capital perdia a sua eficácia como capital verdadeiro, porque perdia as funções propriamente capitalistas de extrair do trabalhador a sua mais-valia. Era o inverso do que aconteceria na aplicação de capital em máquinas que não só substituiriam trabalho por capital, como também multiplicariam a eficácia dos trabalhadores restantes. A compra do escravo não aumentava em nada a capacidade de produção do trabalhador cativo [...] (MARTINS, 2017, p. 129).

A mecanização e aceleração do processo de beneficiamento do café (transporte, secagem, limpeza, descascamento) trouxe à produção cafeeira o ritmo da máquina, do capital, impondo, aos trabalhadores responsáveis pela colheita manual dos grãos, o mesmo compasso mecanizado. Contraditoriamente, isso aumentou o número de colonos necessários para efetuar tal trabalho nas fazendas. A princípio, essa demanda não foi um problema, por conta do grande contingente de imigrantes que chegava ao país.

No entanto, devido à consolidação da lógica do capital nas relações do colonato, a qualidade de vida e as condições socioeconômicas do colono precarizaram-se ainda mais. Os governos da Itália e da Espanha, que custeavam parte considerável das viagens dos colonos, dependiam economicamente de somas monetárias enviadas por esses emigrantes. Com a pobreza aqui vivida, os colonos pararam de enviá-las. Isso ocasionou as proibições das emigrações italiana (1902) e espanhola (1909) para o Brasil, bem como processos migratórios de volta aos países de origem ou para outros, como Argentina e Uruguai, além do êxodo urbano. Tudo isso, somado com a crise de café de 1900 (causado por superprodução e baixa exportação), reduziu drasticamente a disponibilidade de colonos, a ponto de não suprir a demanda de mão de obra necessária para a produção cafeeira. Assim, abriu-se caminho para a expansão do operário assalariado na lavoura (FAUSTO, 2001; MARTINS, 2017).

O trabalhador rural assalariado, diferentemente do colono, tinha, como principal meio de sustento, o trabalho no cafezal. Ele recebia um pagamento em espécie por jornada ou quantidade de café colhido, não despendia muito tempo de trabalho na produção para a subsistência (tornando-se cada vez mais refém do comércio), tampouco morava no confinamento da fazenda. Isso resultou no aumento produtivo em relação ao colono, comprometendo, assim, a reprodução da lógica do colonato.

Em vez de receber renda em trabalho, materializada na mercadoria café, o fazendeiro passa a pagar salário. O seu dinheiro, em vez de ser materialização da renda recebida, passa a ser efetivamente capital variável. O fazendeiro, com isso, também começa a libertar-se como capitalista agrário, como empresário rural (MARTINS, 2017, p. 146).

Novamente, o patrono foi beneficiado economicamente por meio do laço mais distante em relação à fonte de trabalho que movia suas lavouras. A transferência do trabalhador e das produções de subsistência para fora das dependências da fazenda e dos cafezais traduziu-se na ampliação da área de cultivo, da produção e da rentabilidade.

Houve época em que a importância econômica do cafezal era calculada pelo número de cafeeiros e não pela extensão de terra ocupada. O deslocamento da agricultura de subsistência para fora dos cafezais foi evidência significativa da importância econômica que a terra passou a ter. (MARTINS, 2017, p. 145)

A modernização da produção cafeeira e a transição para a mão de obra assalariada fomentaram o mercado interno de produtos manufaturados, que, até então, eram majoritariamente importados e consumidos apenas pela elite. A partir dessa nova demanda, associada a outros fatores, o terreno passou a se tornar fértil para o desenvolvimento da indústria no país. Dentre tais fatores, destacam-se: a guerra civil americana (1861-1865), que causou aumento na produção e exportação de algodão para a Inglaterra e resultou no surgimento de fábricas têxteis; o fato de haver uma moeda para o mercado interno (réis) e outras para importação (libra esterlina e francos), causando uma forma de protecionismo, já que poucos, além da elite, tinham condições de consumir produtos manufaturados importados; a insuficiência e a falta de alcance (econômico e territorial) dos produtos importados;

por fim, a eclosão da primeira guerra mundial, interrompendo o comércio e o fluxo migratório entre as Américas e a Europa (FAUSTO, 2006).

O panorama apresentado evidencia, de modo geral, alguns dos dinamismos internos e externos das mudanças na relação entre trabalho e capital no Brasil, desde a promulgação da Lei de Terras até o início do século XX. Por um lado, a escravidão foi paulatinamente substituída pelo colono e o operário assalariado. Isso determinou novas e diferentes formas de trabalho, ocupação do campo e da cidade, bem como – e principalmente – exploração do trabalho e marginalização social. Por outro, a agricultura cafeeira, junta a processos sociais, econômicos e políticos externos, passou por um processo de modernização. As oligarquias nacionais beneficiaram-se em sua concentração de renda e poder. Gerou-se, ainda, certo dinamismo industrial.

1.3 - A Crise de 1929 e o crescimento industrial

O início da década de 1920 foi um período promissor para a economia do país, principalmente nas regiões sul e sudeste. Setores como a agricultura não cafeeira, as indústrias, os bancos e o comércio interno cresceram significativamente, a ponto de apresentarem relevância econômica semelhante à produção e exportação do café, que também foram altas nesse período.

Tal complexidade econômica gerou também complexidade social. O Estado passou a ter um papel mais significativo na resolução de conflitos de interesses heterogêneos das classes sociais. Os novos setores, em sua relativa expansão, tinham características e dinâmicas diferentes da economia cafeeira. Isso levou ao surgimento de reivindicações da elite urbana, apoiada pelos trabalhadores, por maior autonomia em seu processo de acumulação e reprodução.

A diversificação não se deu só na economia, atingindo também a demografia, a ocupação e a urbanização, exigindo, portanto, profundas modificações da superestrutura. Tais pressões por mudanças, diante de um Estado e de elites conservadoras, explicita seus conflitos através de vários movimentos sociais: greves, revoluções, modernismo cultural, etc. (CANO, 2012, p. 14).

A quebra da bolsa de ações de Nova Iorque em 1929, bem como a subsequente debilitação da economia mundial, determinou a crise do modelo

agroexportador brasileiro, e, com isso uma crise política e institucional no país. Assim, a crescente elite industrial urbana e a antiga oligarquia agrária entraram em conflito.

A primeira estava fortalecida pela queda nas importações e tinha apoio do movimento de protesto dos tenentes (integrantes das forças armadas, e segmento social das classes menos favorecidas com acesso à educação, que reivindicavam por mudanças na estrutura social do país) (STEDILE, 2005). A segunda, em crise devido à queda na exportação de café (intensificada pela superprodução proveniente de novos plantios feitos no início da década), tentava se manter no poder. O conflito entre essas duas classes culminou na "Revolução" de 1930, em que:

[...] as burguesias agrárias e comercial, ligadas ao setor externo (exportação e importação), perderam o controle exclusivo do poder político que passou às mãos das classes urbanas emergentes (empresários industriais, classe média, militares, operários). Ainda que a burguesia não tivesse perdido completamente o domínio do poder político federal (e nos principais Estados da União), a Revolução de 1930 representou uma vitória da cidade sobre o campo, ou seja, das classes sociais urbanas sobre as classes sociais rurais (IANNI, 2012, p. 128).

Apesar da divergência, a elite industrial urbana não pôde deixar de compreender a importância econômica do setor cafeeiro para a sua própria reprodução. O capital oriundo das exportações agrícolas permitiu o surgimento dos negócios “fora da fazenda”, assim como do tímido mercado interno. A importação de maquinários industriais dos países europeus só foi possível com recursos gerados pelas lavouras de café. Dessa maneira, a nova classe no poder reconheceu a necessidade de uma aliança de apoio mútuo com os cafeicultores para manter o seu próprio crescimento econômico e poder político.

Com a vitória da Revolução em outubro de 1930, e diante da profundidade da “Crise de 29”, os “tenentes”, que estavam imbuídos de que deveriam “quebrar a espinha” da oligarquia cafeeira paulista, se dão conta, na “mesa de negociações”, de que, na verdade não havia apenas um “café, monocultor e latifundiário”, mas sim uma economia capitalista com grau já avançado de inter-relações setoriais e que, portanto, estavam também diante de uma diversificada estrutura de poder. Quebrar o café – perceberam os “tenentes” –, significava quebrar o nascente capitalismo brasileiro. Daí a original saída brasileira da política econômica da defesa “do

café”, que se estende de 1931 até a Segunda Grande Guerra (CANO, 2012, p. 911).

A política de defesa do café baseava-se principalmente na compra e destruição do excedente não exportado pelo governo federal, que utilizava-se da receita derivada do imposto do café exportado, para efetuar tal compra. Além disso, na desvalorização cambial, para impedir uma queda brusca no preço interno do café em comparação a seu preço no mercado externo. Tal política perdurou por treze anos e resultou na destruição de 78,2 milhões de sacas, uma quantidade equivalente ao consumo mundial de três anos da época (FAUSTO, 2006, p. 187).

A recessão interna que segue o crash de Nova York foi contornada rapidamente pela queima dos estoques de café e pela subida dos preços das importações, provocada pela política cambial e de restrição de oferta de divisas (TAVARES, 1999, p. 459).

As medidas acima possibilitaram, também, a continuidade do crescimento dos ramos econômicos emergentes e do mercado interno. Elas trouxeram consigo, ainda, contradições como o forte déficit no orçamento federal, principalmente entre os anos de 1930 e 1934, e um impasse na importação de insumos necessários para a produção industrial.

A desvalorização da moeda encarecia a importação de bens de consumo e, portanto, estimulava a indústria nacional, mas, ao mesmo tempo, tornava mais cara a importação de máquinas de que o parque industrial dependia (FAUSTO, 1995, p. 289).

O protecionismo do setor cafeeiro, em aliança com a burguesia industrial, manteve a estrutura fundiária excludente que operava no campo, conservando, assim, a lógica do latifúndio e inibindo qualquer programa de distribuição de terras, além de reafirmar o caráter tradicionalista das elites brasileiras.

De forma contrária, as burguesias de outros países industrializados, como os da Europa Central e dos Estados Unidos, fizeram, no século XIX, programas de Reforma Agrária Clássica. Estes programas consistiam em democratizar o acesso à terra, para aquecer o mercado interno, fomentar as indústrias nacionais, e criar uma aliança da burguesia industrial e comercial com os camponeses, contra os interesses da oligarquia rural (STEDILE, 2020, p. 19).

Há muitas teses e interpretações de porque a burguesia industrial brasileira não defendeu a necessidade de uma reforma agrária para industrializar o país. Entre as principais pode-se citar: a burguesia industrial brasileira nunca se constituiu como uma burguesia nacionalista, que queria desenvolver a nação; a indústria brasileira já nasceu dependente (do capital estrangeiro e de um mercado não de massas; a burguesia precisava ter ganhos com a superexploração da mão de obra fabril, e para isso era preciso ter um enorme exercito industrial de reserva, formado pelos camponeses que migravam todos os anos para as cidades e pressionam os salários para baixo (MST, 2014, p. 25).

O estado de São Paulo, foi o maior exemplo da relação intrínseca entre o "antigo" e o "novo" modelo econômico. Seu papel na exportação de café, responsável por 2/3 do país, viabilizou a expansão e complexificação de sua economia, "ampliando sobremodo sua capacidade de crescimento e diversificação capitalista, ganhando colossal dianteira econômica sobre as demais regiões do país" (CANO, 2012, p. 901). Em 1920 o estado detinha o poderio industrial mais expressivo do país, representando 31,5% de todas produções (FAUSTO, 1995).

Mesmo com as dificuldades oriundas da crise em questão, a consolidação da força industrial trouxe, internamente, uma crescente evolução e estruturação do capitalismo nas relações socioeconômicas. Isso assegurou os interesses da classe industrial urbana, além de aumentar a sua influência na esfera política e em outros setores da economia.

[...] o setor industrial foi adquirindo importância no conjunto do subsistema econômico brasileiro e se desenvolveu mais rapidamente que o setor agrário. Isso significa que a reprodução do capital, na economia brasileira, passou a ser controlada pela reprodução do capital industrial. As transformações políticas e sociais que acompanham a crise dos anos de 1929-1933 e a II Guerra Mundial, de 1939-1945, criaram as condições propícias para uma transição para um sistema econômico em que predomina o setor industrial. Desse modo, especialmente entre os anos de 1950 e 1960, as decisões sobre a política econômica governamental foram tomadas em função dos interesses e das perspectivas abertas à burguesia industrial, em sentido lato. Entretanto, os setores industrial e agrário não estavam isolados. Ao contrário, ao que se refere às forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho e divisão social do trabalho), eram complementares e interdependentes. Essas relações de complementariedade e interdependência desenvolveram-se e se aprofundaram (IANNI, 2012, p. 129).

Além do mais:

Muitos fazendeiros eram acionistas de empresas não agrícolas e havia até os que eram grande industriais, do mesmo modo que muitos industriais tornaram-se fazendeiros para verticalizar suas economias (MARTINS, 2017, p. 210).

Sendo assim, apesar do crescente papel da burguesia industrial na economia e na política do país, o seu envolvimento com a oligarquia rural era evidente. Dessa maneira, a presença da indústria nas atividades agrícolas intensificaria a partir desse período, transformando ainda mais o caráter do campo e a sua relação de dependência com os centros urbanos.

Capítulo 2 - A Revolução Verde e a tecnificação da produção: o berço do agronegócio

2.1 - A Revolução Verde

A mudança da estrutura da agrária passou por um processo de industrialização ainda mais acentuado a partir da década de 1960, com a chamada Revolução Verde. Ela constituía uma nova política econômica na produção agrícola do país. Aplicando um aparato tecnocientífico de ponta e princípios da manufatura, intensificou as relações capitalistas e transformou a visão do campo: o lugar “pobre e atrasado” tornou-se “moderno”, de alta produtividade e desenvolvimento. Essa modificação, porém, aprofundou ainda mais as desigualdades e injustiças do meio agrário brasileiro, cunhando-se o termo "modernização conservadora" para definir tal "revolução", visto que:

[...] manteve a estrutura agrária brasileira com base na concentração da terra em latifúndio, na exploração do trabalho e trouxe consigo problemas e consequências desastrosos devido ao modelo tecnológico, como é o caso dos agrotóxicos, do adubo sintético, da transgenia, das nanotecnologias, bem como alterações naturais do solo e ambiente (SANTOS, 2015, p. 49).

A nova visão do campo foi fabricada pelo interesse de grupos empresariais nacionais e transnacionais (especialmente norte-americano), e bancos internacionais. Com o apoio do governo militar golpista e pela crescente mídia televisiva brasileira, o Grupo Globo, que soube vender (e continua vendendo até hoje) muito bem tal imagem (CHÃ, 2018). O setor estrangeiro buscou expandir sua ideologia neoliberal e inserir suas mercadorias petroquímicas (fertilizantes, inseticidas, herbicidas, antibióticos) - lixos tóxicos que restaram da 2ª Guerra Mundial – bem como suas sementes "melhoradas" (híbridas, reengenheradas e, mais tarde, transgênicas) no campo brasileiro, além da a motomecanização da produção (tratores, colheitadeiras, sistemas de irrigação motorizados, aviões pulverizadores), chamados também de "pacote tecnológico" (GONÇALVES, 2008).

De seu lado, o governo militar e a elite brasileira buscavam manter a ordem social sob seu domínio, atuando no silenciamento dos movimentos sociais populares

(inspirados nos exemplos da China e de Cuba) que lutavam pela redistribuição de terras. Isso foi garantido por meio da repressão violenta direta, fortalecimento de políticas econômicas em prol dos empresários agrários e da hegemonização do consenso da importância da agropecuária industrial na economia brasileira (CHÃ, 2018).

[...] os grandes proprietários de terras comandaram, junto com militares, parcelas da burguesia industrial, classes médias, Igreja Católica e a Agência Central de Inteligência (CIA-EUA), golpes que frearam o avanço dos trabalhadores na região [américa latina] (SAMPAIO Jr., 2013; NOVAES 2012; apud NOVAES, 2015, p. 213).

A Revolução Verde atribuía aos países periféricos uma série de carências. Pela perspectiva ocidental da ciência, progresso e desenvolvimento econômico, elas seriam sanadas a partir de um aumento quantitativo de bens e serviços. O modelo produtivista e desenvolvimentista imposto, que, em teoria, beneficiaria os países pobres, tinha, como verdadeiro foco, aumentar a produção de matérias primas baratas, destinadas às agroindústrias dos países de Primeiro Mundo. Estes as beneficiavam e vendiam com novo valor agregado, inclusive aos países que lhe forneciam as matérias primas. Criavam, ainda, nos países de Terceiro Mundo, aumento na importação de maquinários e insumos químicos, também vendidos pelos que impunham tal modelo (GÓMEZ, 2006, p. 185).

A imposição dessa nova economia política capitalista no campo consistia numa “receita de desenvolvimento”, concebida pelos países ricos, para as nações menos afortunadas, como o Brasil. Mantendo a sua posição de superioridade, os primeiros colocavam-se como verdadeiros conhecedores das necessidades dos países pobres, julgando-os incapazes de discernir sobre o seu próprio modelo de desenvolvimento socioeconômico. A lógica desenvolvimentista e, imperialista, prescrevia nada mais que a subordinação dos países subdesenvolvidos aos interesses dos países desenvolvidos, expondo a falácia do projeto do desenvolvimento.

[...] o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e em diferentes estádios. O caso mais simples é o da coexistência de empresas

estrangeiras, produtoras de mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos (FURTADO, 2000, p. 261).

O crédito subsidiado foi o principal instrumento governamental para implantar a "modernização conservadora" engendrada pela Revolução Verde. Esse recurso era condicionado à adoção do chamado "pacote tecnológico", associado com uma crescente assistência técnica e pesquisas, por meio da criação e do incentivo das universidades públicas e da Embrapa (SAUER, 2013). Essa "revolução seletiva" excluiu os pequenos produtores, que utilizavam técnicas consideradas arcaicas pela nova visão produtiva.

Recebiam o benefício do crédito agrícola altamente subsidiado, somente aqueles agricultores que tivessem aderido ao programa oficial. O sistema causou de fato a "revolução", destruindo formas sustentáveis de agricultura praticadas por comunidades tradicionais e passou a impor uma lógica destrutiva de agricultura e de modo de vida no campo e na cidade (SANTOS, 2015, p. 48).

Com o golpe de 1964, os militares priorizaram, em suas agendas "desenvolvimentistas" o favorecimento das políticas neoliberais. Para realizá-las, fizeram empréstimos monumentais com governos e bancos estrangeiros. O ingresso líquido de capital estrangeiro no Brasil, em 1967, foi de 27 milhões de dólares, já em 1977, pulou para 4.900 milhões de dólares, um crescimento de mais de 180 vezes em apenas dez anos (GOMES, 1978, p. 11, apud IANNI, 1979, p. 29). Dessa maneira, o Estado pôde subsidiar, através da organização institucional do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), uma vasta soma de crédito para a intensificação do capitalismo na agricultura.

A onipresença do Estado na regulação das novas condições de reprodução do capital na agricultura e a predominância dos mecanismos financeiros de regulação são, por assim dizer, a grande novidade do novo pacto social da agricultura que se expande a partir de meados da década dos 60 (DELGADO, 1984, p. 110).

O capital estrangeiro conseguiu extrair renda do país por várias vias: juros pagos pelas dívidas dos empréstimos; venda do "pacote tecnológico" (que também era financiado, e resultava no pagamento de ainda mais juros); bem como pela

compra de *commodities* a baixíssimo custo, beneficiadas e revendidas para outros países, inclusive ao próprio Brasil. Ocorreu, de fato, a exportação da mais-valia brasileira, tornando a economia cada vez mais endividada e subordinada ao mercado global. Por conta desse processo, a dívida externa que havia crescido apenas 25% em duas décadas (1946 a 1964), deu um salto alarmante de 1500% entre 1964 e 1978 (GOMES, 1978, p. 11, apud IANNI, 1979, p. 29).

Desde 1964, o endividamento externo é considerado um elemento essencial da política econômica da ditadura. O próprio crescimento econômico propiciado pelo endividamento externo permitiria produzir recursos para pagar a dívida para fazer nova dívida, para pagar a dívida e assim por diante. Tudo isso com base numa política de ampla e intensa expropriação das classes assalariadas, na cidade e no campo (IANNI, 1979, p. 27).

A industrialização da agropecuária trouxe novos aparatos técnicos e científicos que intensificaram a produtividade do campo. Porém, mesmo dentro dos empreendimentos agrários mais "desenvolvidos", o destino dos investimentos para a "modernização" era seletivo. O incremento tecnológico e financeiro limitava-se, majoritariamente, aos instrumentos e maquinários produtivos. Por outro lado, as relações e as condições dos trabalhadores rurais assemelhavam-se àquelas do século passado.

[...] o progresso técnico que objetiva maior rentabilidade, não pode constituir, por si, fator de elevação do padrão de vida do trabalhador rural. Se uma rentabilidade acrescida torna possível uma remuneração melhor do trabalhador, trata-se unicamente de uma possibilidade, que somente outras circunstâncias independentes completamente da técnica produtiva, podem tornar efetiva (PRADO, 1987, p. 29).

O pronunciado processo de mecanização, trouxe fortes mudanças nas relações sociais de produção, transformando cada vez mais a função desempenhada pelo trabalhador rural. Este, que inicialmente ocupava um papel ativo e integral de produtor artesanal, passou a ser um trabalhador parcial, especializado em um determinado processo da manufatura, até finalmente atingir a passividade de um operário industrial que apenas vigia sua máquina (GRAZIANO, 1998, p. 4).

Os dados obtidos pelo Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciam o verdadeiro foco dos investimentos desse novo sistema de produção agrícola. O forte processo de mecanização do campo é visto na Tabela 1, através da relação entre o crescimento do número de tratores e o número de trabalhadores ocupados nos estabelecimentos agropecuários. Em 1960 havia 255 trabalhadores para cada trator em uso, já em 1980, momento que a Revolução Verde já estava bem estabelecida, a relação passou para 39 por trator (CARVALHO, 2015).

Tabela 1 - Relação Número de Trabalhadores Ocupados por Trator

Ano	Trabalhadores Ocupados	Tratores	Trabalhadores/Trator
1960	15.633.985	61.345	255
1970	17.582.089	165.870	106
1975	20.345.692	323.113	63
1980	21.163.735	545.205	39
1985	23.394.919	665.280	35
1995	17.930.890	803.742	22
2006	16.568.205	820.718	20
2017	15.105.125	1.299.907	12

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1960-2017)

Outro traço simbólico desse período de modernização do campo, é crescimento exorbitante do uso de fertilizantes nas culturas. Simbolizado aqui pelo NPK (nitrogênio, fosfato e potássio), em 1960 as lavouras brasileiras consumiram 131.600 toneladas desse fertilizante, enquanto em 1980 o total foi de 1.853.900 toneladas, um aumento de mais 1400% no consumo de um insumo majoritariamente importado (DELGADO, 1984).

A realidade vivida pelo trabalhador rural foi ainda mais afetada pela lógica industrial operante. Apesar de um aumento significativo do pessoal ocupado no campo, mais do que nunca, essa classe se encontrava em situação de miséria e com condições cada vez mais adversas para se manter no campo.

Antes da Revolução Verde, o preparo do solo, plantio e tratamentos culturais, por um longo período do ano agrícola, justificavam, em geral, a mão de obra residente na propriedade. Com a tratorização dessas etapas, seu período de realização encurtou-se significativamente e muitos trabalhadores foram dispensados. Com a tecnificação da agricultura, a capacidade produtiva cresceu e a área

produzida aumentou, com a modernização em muitos territórios, os plantio de subsistência e dos trabalhadores foram, também, perdendo espaço. Assim, as formas de colonato, pequeno arrendamento e pequena parceria foram perdendo força com avanço da industrialização da agricultura (MAZALLA NETO, 2015, p. 241).

A intensificação das monoculturas mecanizadas e a concentração fundiária, atrelada à extrema exploração dos trabalhadores, com poucos direitos trabalhistas, geraram fortes êxodos rurais, além de conflitos violentos no campo. Entre 1950 e 1960, o campo abrigava 70% da população brasileira, chegando, em 1990, a representar menos de 30% do total da população total (SAUER, 2008, p. 10).

No Brasil, o cultivo de soja desloca 11 trabalhadores agrícolas para cada novo trabalhador que emprega. [...] Em 1970, 2,5 milhões de pessoas foram deslocadas pela produção de soja no Paraná [...] Muitas delas são agora sem terra e se mudaram para a Amazônia, onde acabam derrubando florestas antes intactas (ALTIERI, 2012, p. 95).

Devido às dificuldades em se manterem no meio rural, os trabalhadores expulsos do campo, agora residentes dos centros urbanos, passaram a depender de subempregos. Dado que, a "modernização desembocou na criação de um nutrido contingente de volantes ou boias-frias, inseridos precariamente na economia urbana" (CARVALHO, 2015, p. 95).

Essa nova figura do campo brasileiro, o volante, se constituía como um trabalhador rural de assalariamento temporário, que foi expropriado dos meios de produção e vagava, de região para região, procurando trabalho. Muitas vezes ficava desocupado por períodos significativos do ano e frequentemente, passava a residir na cidade e trabalhar temporariamente no campo (MAZALLA NETO, 2015, p. 242).

Fundamentada nos princípios da manufatura e na lógica do produtivismo (maximização de lucro/tempo), a agricultura passou a refletir "no meio rural, o caráter predatório para com a natureza da sociedade industrial da primeira metade do século 20" (SAUER, 2013, p. 10). A relação problemática e desequilibrada, do novo sistema agrícola com a natureza, acarretou na devastação de biomas naturais através da implementação das extensas monoculturas e pelo uso descomunal de insumos químicos no plantio.

2.2 – Os Complexos Agroindustriais

A formação dos complexos agroindustriais (CAIs) nos anos 70 se deu pela expansão da agricultura industrial e a intensificação da "modernização", direcionada pelos interesses capitalistas. Suas atividades passaram a permear outros setores produtivos, tornando-a um ramo multifacetado que foi além do contexto rural. Com a inclusão do "pacote tecnológico", favorecido pelas novas políticas governamentais, a produção agrícola passou a depender de produtos e serviços que vinham "de fora" da fazenda, como os maquinários e insumos modernos, a mão de obra especializada e o processamento dos produtos agrícolas, que passou a ocorrer nas agroindústrias no meio urbano.

A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura se moderniza, sob o influxo dos incentivos do Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua base técnica de meios de produção (DELGADO, 1984, p. 32).

Inicialmente, os complexos agroindustriais se deram, segundo Graziano (1998, p. 163) pela "integração intersetorial de três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras". No entanto, para o autor, "o ponto culminante desse integração, todavia, só seria logrado no final dos anos 70 e início dos 80", resultando numa verdadeira "orquestração de interesses agrários, industriais e financeiros". Ocasionalmente em "profundas transformações nos planos da concentração e da centralização dos capitais aplicados no setor agropecuário, bem como na propriedade da terra e no conteúdo das políticas".

[...] dá-se um processo de integração de capitais a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., expansão de sociedade anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, organização de holdings, cartéis e trustes, com atuação direta nos CAIs (ELIAS, 2003, p. 321 apud MATOS; PESSOA, 2011).

Para assegurar a integridade da "orquestração de interesses", foi necessário ao capital privado apropriar-se ainda mais do aparelho do Estado, para direcionar as verbas e as políticas públicas em seu proveito. Assim, passa a compor o Governo, a burguesia, enquanto proprietária dos meios de produção, e formadora de lobbies dos diversos setores dos CAIs, configurando numa verdadeira corporativização do Estado. (GRAZIANO, 1998).

O Estado torna-se assim o "capitalista financeiro" por excelência, o planejador global que dá condições privilegiadas a alguns setores em termos de crédito, financiamento, preços, administração das margens, de modo a possibilitar a cada um dos agentes econômicos da cadeia - ainda que não integrados pelos mesmos capitais - a obtenção de uma taxa média de lucro (GRAZIANO, 1998, p. 79).

Incentivos governamentais aliados ao capital estrangeiro permitiram a instalação desses complexos de alto custo. Porém, por conta do volumoso investimento necessário, acessível apenas por grupos empresariais exclusivos, acabaram tornando o campo pouco competitivo. Fomentando "uma forte tendência à criação de oligopólios, ou seja, um pequeno número de empresas encontrou condições favoráveis para impor seus preços, diante dos dispersos produtores independentes " (FAUSTO, 1995, p. 537).

O custoso preço da tecnificação e sua condição para integrar-se aos CAIs, reforçou o caráter excludente da "modernização" da agropecuária, segregando, cada vez mais, os produtores, em razão de seu tamanho e da região em que se encontravam seus estabelecimentos agrícolas. A maioria dos produtores integrados foram médios e grandes, localizados, principalmente, nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país (GRAZIANO, 1998).

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira (DELGADO, 1984, p. 39).

A alteração para esse novo modelo industrial de agricultura, altamente mecanizado, dependente de insumos industriais (sementes híbridas, fertilizantes, agrotóxicos) e combustíveis fósseis, "afetou profundamente a escala de exploração, aumentando o tamanho mínimo em que esta se podia efetuar de uma maneira

rentável". As dispendiosas monoculturas modernas, destinadas à exportação ou ao abastecimento das agroindústrias, tinham como base de sua lucratividade a produção em grande escala. Já a produção de alimentos, ficara a cargo da agricultura camponesa, por não se tratar de um ramo atrativo financeiramente aos grandes produtores (MAZALLA NETO, 2015, p. 245).

Tal limitação lucrativa se fundamenta no fato da agricultura agora ter à sua montante indústrias profundamente oligopolizadas, o que as possibilitam de impor o preço dos insumos adquiridos pelos agricultores. Ao mesmo tempo que à sua jusante, encontram-se as agroindústrias processadoras, também oligopolizadas, e com forte presença comercial e territorial, o que lhes conferem um poder monopsônico na compra de matéria-prima (poucos compradores para muitos vendedores), determinando não apenas o preço, mas como também o tipo e o padrão do produto à serem produzidos pelos agricultores (GRAZIANO, 1998, p. 76).

Enquanto isso, os pequenos produtores, passaram a enfrentar condições mais e mais adversas, seja pela não inclusão nos complexos, falta de incentivo e acesso ao crédito das políticas agrícolas, bem como pela pressão capitalista sobre suas terras. Gradativamente, perderam seu papel de produtores. Sua terra, antes fonte de renda, transformou-se, meramente, em local de moradia. Nos melhores casos, mantinham uma pequena produção de subsistência, a qual gerava um pequeno excedente para o mercado (GRAZIANO, 1998; MARTINS, 2017).

Os poucos pequenos produtores, que conseguiram se tecnificar em empresas familiares integradas aos CAIs, perderam muito da autonomia sobre seu próprio processo produtivo. Tal integração os subjugava a produzir conforme a demanda e os padrões dos complexos. Além do mais, a agricultura camponesa acabou sofrendo com outras problemáticas, visto que foi:

[...] obrigada a adotar procedimentos da modernização tecnológica para manter a vida na agricultura viável, o que gerou, em muitos casos, dependência de créditos, endividamento, acentuando a subordinação as condições de circulação e às relações de produção estruturais, estabelecidas pelo capital na agricultura (MAZALLA NETO, 2015, p. 44).

A complexificação da economia agrária, acarretou, através da incorporação e dependência de outros setores capitalistas em sua esfera produtiva, no aprofundamento das disparidades socioeconômicas no campo. O dispendioso e

intenso processo de industrialização, ofuscou, ainda mais, a figura do camponês e a sua relevância na produção alimentar do país.

Capítulo 3 – O Agronegócio Pós 2000 e as Novas Problemáticas no Campo

A partir dos anos 2000, o novo modelo político do Agronegócio passa a dominar a economia agrária. Em seu cerne, ele sintetiza e dá continuidade a todo processo desigual e perverso da ocupação territorial e da estruturação do campo brasileiro, desde a chegada dos portugueses até industrialização agrícola imposta pela Revolução Verde.

Hoje, em sua fase mais complexa e desenvolvida, expressa-se nos vastos latifúndios desérticos dominados pelas monoculturas transgênicas mecanizadas, bem como na generalizada degradação ambiental e exclusão social. Fundamentado nos princípios econômicos neoliberais, esse modelo é a representação máxima da simbiose entre o capital financeiro, comercial e industrial.

Pode-se dizer que o agronegócio é o produto de séculos de aperfeiçoamento dos meios de exploração, tanto dos bens naturais, quanto da mão de obra. Com uma lógica monopolista, sofisticou a concentração de capital, terra e poder, resultando no benefício, de um número cada vez menor de transnacionais agroindustriais. São elas as atuais responsáveis por produzir e extrair, assim como exportar as *commodities* do território brasileiro.

O agronegócio é a ampliação do conceito de latifúndio que, para além da terra, também concentra tecnologia, políticas de crédito e desenvolvimento, expandindo e ampliando o seu controle sobre o território e as relações sociais presentes nele (NERA, apud CARVALHO, 2010, p. 5).

A globalização, e a conseqüente intensificação da divisão internacional do trabalho, relegou, a países periféricos, o papel de fronteiras agrícolas de produtos primários para o mercado global. O Brasil, aqui, tem posição de destaque, dada sua proporção territorial e clima favorável. A crescente ação de grupos econômicos estrangeiros na agropecuária brasileira impulsionou a produção de *commodities* em especial as monoculturas de soja, milho e cana-de-açúcar, como também da produção de gado para corte. Reafirma-se, então, a posição do Brasil como país agroexportador e a sua dependência do mercado externo (PEREIRA, 2010).

[...] as funções desempenhadas por nosso país no sistema mundial conferem, historicamente, uma condição de subordinação da nação

aos interesses externos, enquanto o trabalho e os recursos voltados para o mercado interno aparecem como residuais aos olhos das políticas públicas (PEREIRA, 2010, p. 353).

O processo de globalização, caracterizado pela descentralização do capitalismo, e de uma deslocalização produtiva, traduziu aos países "em desenvolvimento", através da disseminação mundial das empresas transnacionais, numa subordinação ainda mais profunda aos países ricos. A acentuação dessa ofensiva político-econômica neoliberal não viria por acaso, mas sim por conta de uma queda nos lucros das economias centrais do sistema capitalista. Um declínio fruto da imitação entre a evolução do aparato técnico-científico na produção e a sua consequente eliminação da mão de obra. Esses recorreram então à medidas econômicas imperialistas para expandir seus mercados e retomar à sua alta lucratividade (PIQUERAS; DIERCKXSENS, 2020, p. 22).

A mundialização do capitalismo uniu dialectalmente o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais, de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está mais localizado somente nos países ricos, mas em todo lugar do mundo onde as empresas multinacionais estão. Esta sim é a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista, que por sua vez, está gestando uma nova divisão internacional do trabalho, redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo (OLIVEIRA, 2013, p. 115).

Nas últimas décadas, a alta demanda global, por alimentos, agroenergias¹ e matéria prima, bem como a busca por ativos fundiários para fins especulativos, ocasionou uma "disputa territorial". Apesar dessa disputa ser histórica no Brasil, existe uma diferença no cenário atual. Há um crescente envolvimento de agentes externos, resultando em um processo de estrangeirização da terra. Trata-se aqui, da apropriação, concentração e controle de vastas extensões de terras e seus recursos naturais (água, minérios, madeira) pelo capital estrangeiro, através da compra direta ou por meio de ações de empresas brasileiras que possuem terras. Países de grande área, com uma formação territorial historicamente violenta, injusta e marcada

¹As agroenergias, representadas aqui pelo etanol de milho e cana, e pelo biodiesel de óleo de colza, grãosol, dendê e soja, apesar de tidas como alternativa "sustentável", são ainda mais nocivas ao meio ambiente quando em relação aos derivados do petróleo. As grandes monoculturas necessárias acabam devastando áreas naturais cada vez maiores para suprir a demanda, como também poluem fontes de água potável, contribuem com uma poluição atmosférica maior do que as de origem fóssil (através do uso de fertilizantes e do desmatamento), além de reduzirem a área disponível para produção de gêneros alimentícios, (ALTIERI, 2010).

por séculos de exploração, são os principais afetados por essa prática. Além do Brasil, destacam-se a Argentina e muitos países africanos (LEITE; SAUER, 2014).

Houve um aumento acelerado na desnacionalização da propriedade da terra, com o avanço de empresas estrangeiras. Mas é impossível ter afeição estatística, pois o capital estrangeiro compra as ações de empresas brasileiras, que possuem terras sem necessidade de alterar o cadastro no Incra. No entanto, estima-se, que as empresas estrangeiras devem controlar mais de 30 milhões de ha de terras no Brasil (STEDILE, 2013, p. 29).

As consequências da desnacionalização da terra são desastrosas, fragiliza-se a soberania política, econômica e alimentar do país, tornando-o perigosamente submisso às forças externas em detrimento dos interesses do povo de uma nação tão diversa como o Brasil. Além disso, a identidade cultural e o modo de reprodução dos vários povos nativos e camponeses é ameaçada. Eles sofrem pela pressão dos interesses estrangeiros sobre suas terras. Por sua vez, a terra, como meio natural, é degradada pela intensa e descontrolada exploração de seus recursos.

[...] a estrangeirização da terra produz impactos diretos no território, uma vez que há a territorialização da monocultura, os usos cada vez mais intensos de sementes transgênicas e agroquímicos, que desterritorializam culturas alimentares, causam danos imensos ao meio ambiente e a saúde humana. Comunidades inteiras são desterritorializadas, o preço da terra aumenta, pois a demanda é alta, logo, a concentração de terra aumenta. A estrangeirização ainda produz efeitos no território imaterial, uma vez que há uma disputa entre lógicas de mercado e produção, há uma disputa de modelo de desenvolvimento: a estrangeirização, através do agronegócio versus o modelo camponês (PEREIRA, 2017, p.119).

A concentração fundiária é uma característica marcante durante todo o processo de ocupação territorial no Brasil. Porém, ela atinge o seu apogeu nesse modelo econômico instaurado no século XXI. "O índice que mede essa concentração continua crescendo. O índice de Gini², em 2006, estava em 0,854, que é maior inclusive do que em 1920, quando havíamos acabado de sair da escravidão" (STEDILE, 2013, p.28). De acordo com o censo agropecuário do IBGE de 2017, 2% dos estabelecimentos agropecuários (acima de 1000 ha) detinham 48% da área

² O índice de GINI para a Distribuição de Terra é um indicador para medir a desigualdade na distribuição de terra, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade.

agricultável do país, enquanto outros 50% dos estabelecimentos (menores que 50 ha), ocupavam apenas 2% da área. Esses dados expõem a histórica concentração de terras no país, onde poucos possuem muito e muitos, quando possuem, pouco possuem. A exorbitante presença dos latifúndios no campo brasileiro, bem como seu controle por transnacionais agroindustriais, acentua a sujeição do território e da economia nacional ao capital financeiro internacional.

O latifúndio, seja como forma de exploração primitiva da terra, adapta-se às novas condições aliando-se ao imperialismo - forma de exploração do capital financeiro e monopolista que ultrapassa as fronteiras nacionais - para gerar o colonialismo econômico chamado de "subdesenvolvimento" por eufemismo (GUEVARA, 1970, apud SADER, 2011, p. 65).

Ao passo em que a concentração fundiária aumenta, agravam-se também os conflitos no campo brasileiro. Os embates travam-se, principalmente, pela exclusão das classes populares (e dos povos e etnias) à posse e permanência nas terras, como também pelos casos desumanos de superexploração e de trabalho escravo. Somado a isso, intensificam-se, as disputas por água, devido à privação ao acesso, à poluição e ao esgotamento das fontes hídricas potáveis, visto que o agronegócio é o maior consumidor de água do país, utilizando-se de quase 80% do total da água, por meio das práticas de irrigação e do uso animal (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2019). Resultando, entre os anos de 2000 e 2019, através de dados obtidos da Comissão Pastoral da Terra³, em 27.357 conflitos no campo, e não menos de 774 assassinatos.

Seja através dos assassinatos de lideranças por jagunços, prisões descabidas emitidas por magistrados subordinados, ou, inclusive, propagandas iníquas, a luta pela democratização da terra é sufocada pela burguesia agrária. Em que o aparelho repressivo do Estado, se coloca como o fiel escudeiro dessa classe minoritária, por meio da força policial e da criminalização legal dos movimentos sociais, mantendo a agenda capitalista em dia.

A análise da realidade agrária brasileira do final do século XX mostra, de forma cabal, a presença dos conflitos de terra. Se por um lado a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, igual e contraditoriamente os movimentos sociais aumentaram a

³ Ver <https://cptnacional.org.br/>

pressão social sobre o Estado na luta de terra (OLIVEIRA, 2001, p.197 apud CARVALHO, 2010, p. 5).

A luta pela terra se dá, em todo o território brasileiro, com a atuação de movimentos sociais, camponeses, sem-terra, povos originários e quilombolas. Estes se organizam e reivindicam por melhorias nas condições de vida daqueles que da terra dependem para se reproduzir. Reivindicam projetos de Reforma Agrária, para uma reestruturação fundiária no país, que compreende na redistribuição democrática de terras como também de políticas públicas (como créditos e subsídios), para fortalecer e assegurar, tanto suas atividades quanto sua permanência nelas.

Para que a utilização da terra deixe de ser o grande negócio de uma reduzida minoria, e se faça em benefício da população trabalhadora rural que tira dessa terra o seu sustento, é preciso que se favoreça e fomenta por medidas adequadas o acesso da mesma população trabalhadora à propriedade fundiária. Esse seria o ponto fundamental da reforma agrária, pois com a sua realização se atingiria o essencial que a reforma tem em vista: a elevação do nível de vida da população rural. Na medida em que ela acesse à propriedade da terra, melhorariam suas condições de vida (PRADO, 1987, p. 82).

A indústria publicitária, atuando juntamente ao agronegócio, desde sua incubação, iniciada na Revolução Verde, passou a receber investimentos cada vez mais volumosos a partir do ano 2000. Com suas campanhas ideológicas, ela cumpre o papel de hegemonizar o consenso sobre o agronegócio como modelo indisputável para o crescimento econômico do país. Além disso, propaga-o como alternativa sustentável na solução da crise alimentar e energética, ocultando a sua verdadeira lógica capitalista e destrutiva.

Se por um lado, há uma visão hegemônica das classes dominantes e do governo de que o agronegócio é o melhor caminho para o aumento da produtividade, para a participação no Produto Interno Bruto (PIB), para a geração de superávit na balança comercial do país, levando assim ao crescimento econômico, por outro lado, o que se oculta nessas relações é o fato dele sustentar-se em fatores como a concentração do latifúndio; a destruição ambiental e, conseqüentes alterações climáticas; a superexploração do trabalho, escravo ou análogo; a ameaça às futuras gerações (como é o caso dos recursos hídricos) ou ainda, a diminuição das áreas de produção de alimentos, o uso de agrotóxicos e de transgênicos, a mecanização, o desemprego e outros (SANTOS, 2015, p. 42).

Essa falsa imagem manipulada e vendida pelas empresas do agronegócio, é produzida muitas vezes utilizando-se de recursos públicos. Através de leis de incentivos à cultura, como a Lei Rouanet, que possibilita deduzir até 100% do valor gasto em projetos culturais, tais empresas disseminam os seus interesses privados com dinheiro público. O uso de eventos culturais, especialmente em regiões mais carentes, como shows de sertanejo ou até mesmo publicações de livros, passa a ser uma estratégia dessas empresas para dissimular a população em acreditar que há uma faceta desse setor que preza pelo bem estar coletivo, ofuscando assim, o verdadeiro interesse mercantilista do agronegócio. Num período de 10 anos, principalmente entre 2000 e 2010, as campanhas culturais das empresas do agronegócio "tiveram um aporte do Estado para a divulgação da sua imagem e da sua ideologia de aproximadamente 130 milhões de reais" (CHÃ, 2018, p.54).

Os meios de comunicação de massa vêm contribuindo enormemente com esse modelo ao difundir não só o modo de vida, mas também todo modo de produção que ele está associado. Afinal, a ideia de que a felicidade humana se obtém, como na imagem de jovens na praia ou numa loja de grande cadeia de alimentos consumindo refrigerantes e hambúrgueres globalizado, é a mesma que nos faz aceitar a paisagem monótona de quilômetros e mais quilômetros quadrados de monocultura, de paisagens homogêneas que implica o uso maciço de pesticidas, fungicidas e praguicidas (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.108 apud CHÃ, 2018, p. 31).

Além do mais, a propagação da falácia da crise alimentar é outra utilizada por tais empresas para enobrecer as suas práticas devastadoras, visto que não há uma crise por falta de produção, mas sim na distribuição dos alimentos e "que essa é uma solução para a própria crise do setor, proposta pelo setor e para servir aos interesses do setor" (ibidem., p. 44).

Fala-se atualmente em crise de alimentos, quando o que se trata, na verdade, é de uma crise da sua distribuição e sobretudo de uma política perversa que privilegia a produção e a exportação de *commodities* agrícolas valorizadas no mercado internacional, política esta que é feita, portanto, em privilégio de alguns. O caso brasileiro é também exemplar deste problema político grave, já que o aumento da produção agrícola é normalmente acompanhado do aumento da miséria e da fome (CARNEIRO; PEREIRA, 2005 apud PEREIRA, 2010, p. 353).

A drástica redução da diversidade das culturas no campo, acompanhada pela inserção das sementes geneticamente modificadas, produzidas pelas empresas transnacionais, acabaram por limitar o espectro alimentar da população. Dessa forma, a padronização da produção agrícola é assistida por uma padronização no consumo alimentar, representada por alimentos caros, de baixa qualidade e altamente processados, em que o mercado oligopolizado impõe o que se deve consumir (CARVALHO, 2013).

A humanidade está sendo induzida a alimentar-se cada vez mais com verdadeiras "rações" padronizadas por empresas. A comida se transformou numa mera mercadoria, que precisa ser consumida de forma massiva e rapidamente. Isso traz consequências incalculáveis para a destruição dos hábitos alimentares locais, da cultura, e riscos para a saúde humana e dos animais (STEDILE, 2013, p. 25).

Dessa maneira, os verdadeiros produtores de alimentos, se encontram cada vez mais a margem do sistema produtivo do agronegócio. A produção familiar, mesmo representando apenas 23% da área agrícola do país, é responsável por quase 50% do valor da produção de café e banana, como por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE, 2017). Enquanto isso os grandes produtores, utilizam-se das suas vastas extensões de terras para produzir *commodities* exportáveis e lucro aos seus investidores, dado que "as 50 maiores empresas agroindustriais de capital estrangeiro e nacional controlam praticamente toda a produção e o comércio das *commodities* agrícolas no Brasil" (STEDILE, 2013, p. 28).

Esse modelo, que busca a produção de *commodities* e dólares, e não a de alimentos, passa a dominar e utilizar cada vez mais terras férteis para a produção de agrocombustíveis, para "alimentar" os tanques dos automóveis de transporte individual, a plantação industrial de árvores homogêneas para celulose, destinadas às embalagens da indústria, e a energia na forma de carvão vegetal (STEDILE, 2013, p. 33).

O poderio do agronegócio, atrelado à sua influência midiática, também o tornou uma força expressiva no campo político, atuando diretamente em projetos governamentais de demarcação e proteção de terras, distribuição de fundos públicos e, inclusive, nas eleições. Atualmente, seus interesses são representados no Congresso Nacional pela "Bancada Ruralista", formalmente chamada de Frente

Parlamentar da Agropecuária (FPA). Uma associação suprapartidária criada na década de 90, formada por congressistas conservadores que legislam a favor do agronegócio. Apesar de não ser novidade o envolvimento íntimo desse setor com a política, sua presença no governo atual (2019-2022) é expressa por 39 Senadores e 245 Deputados Federais⁴, uma representatividade alarmante de 48% em ambas as câmaras do Congresso Nacional. Assim, o agronegócio formaliza um lobby político, visto que a bancada expressa o interesse de uma minoria capitalista nacional e internacional (CARVALHO, 2010).

Os efeitos das incoerências do agronegócio são desastrosos para as questões ambientais. Como, nesse sistema, quem comanda as relações é o capital, e esse não enxerga a natureza como riqueza (PIQUERAS; DIERCKXSENS, 2018), a lucratividade acaba sendo a razão pelo: uso descontrolado de agrotóxicos - o Brasil é o maior consumidor do mundo, apesar de possuir 5% das áreas agricultáveis do mundo, consome 20% do veneno mundial - que causa a destruição da biodiversidade, poluição dos lençóis freáticos e produz alimentos nocivos à saúde (cancerígenos); uso abusivo de fertilizantes químicos e sementes transgênicas, sem respeitar os ciclos e características naturais do solo, transformado biomas em "desertos verdes" (monoculturas), além dos riscos ao meio biótico devido à inserção dos genes desconhecidos das plantações geneticamente modificadas; criação de "superpragas" devido ao crescimento da resistência aos herbicidas e pesticidas; devastação e queimadas de matas nativas para dar lugar às infindáveis extensões de monoculturas; esgotamento de corpos d'água para irrigação e uso animal, tendo em vista que agropecuária é o maior consumidor de água no país; erosão do solo e aumento de gases de efeito estufa com expansão das pastagens para criação de gado; poluição atmosférica, em virtude da dependência de petróleo para a produção e transporte; entre outras ações que alteram o regime de chuvas, o clima, contribuem para o aquecimento global e pela destruição da biodiversidade (ALTIERI, 2012; NOVAES *et al.* 2015; SANTOS, 2015; SAUER, BALESTRO, 2013; STEDILE, 2013).

Blaikie (1985) explica que a degradação ambiental se dá na mais-valia extraída do trabalho do produtor. Este, por sua vez, se vê obrigado a extrair mais-valia da natureza, expressa em fertilidade do solo, biodiversidade, dentre outras

⁴ Ver <https://fpagropecuaria.org.br/integrantes/>

formas de exploração do meio natural. O capitalismo, que visa a exploração máxima do trabalhador carrega consigo a exploração máxima do meio natural.

Além disso, a hegemonia imperialista, criada pelos vários setores do agronegócio, atua ativamente para asfixiar qualquer outro sistema produtivo que venha perturbar a sua dominância. Utilizando-se de sua postura agressiva, impõe dificuldades perigosas àqueles que vislumbram, lutam e propagam meios mais sustentáveis e democráticos de construir o campo. Há modelos alternativos de produção, baseados em conceitos agroecológicos, cujas técnicas de manejo respeitam a terra e seus recursos, bem como os trabalhadores. Eles produzem, ainda, riquezas mais bem distribuídas e alimentos saudáveis, além de mercadorias para consumo. Apesar de sua inegável sustentabilidade, tais modelos são relegados ao terceiro plano.

O modelo agroexportador foi instigado pelos interesses do capital financeiro internacional e fundamentou-se no tecnicismo e em políticas agrícolas advindas da Revolução Verde. Portanto colocou, inegavelmente, o Brasil entre os principais produtores mundiais de grãos e de gado bovino. No entanto, aprofundou, também, uma característica bastante representativa desse modelo, que, apesar de muitas vezes ser vista como contradição, nada mais é que a premissa da dinâmica capitalista. Trata-se da modernidade operando juntamente com o atraso, em que "aquilo que é tido como o seu contrário, na realidade, o alimenta" (SANTOS, 2015, p. 45).

Assim, temos uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que essa expansão rural exportadora significa progresso, ela também significa retrocesso. Esse fenômeno tem sido um verdadeiro foco gerador de miséria, ao reproduzir em outros espaços territoriais, novos bolsões de pobreza rural e urbana, criadouros de mão de obra barata e maior concentração fundiária, além dos malefícios ambientais sobejamente conhecidos. Com isto, novos espaços se abrem para o velho capital mercantil explorar (CANO, 2010, p.14).

Por assim sendo, a afirmação colocada pelos autores Machado e Machado Filho, de que "a 'revolução verde' e seu sucedâneo, o agronegócio, é, sem dúvida, uma das causas das catástrofes sociais que a humanidade está vivendo" (2014, apud SANTOS, 2015, p. 50), representa, acertadamente, o papel desse sistema produtivo tecnificado e globalizado. Visto que o modelo moderno de desenvolvimento rural não resolve as questões no campo e na cidade, e nem poderia, uma vez que, como vimos, a sua trajetória histórica é estruturada na

concentração fundiária, que lhe garante poder econômico e extra econômico que prescinde da resolução dos problemas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura agrária brasileira acaba por ser um retrato do modelo econômico operante, e do conseqüente processo de ocupação territorial, que teve início no período de colonização e que se perdura em moldes similares até hoje, pela subordinação dos interesses nacionais ao capital financeiro internacional. Marcando a formação do país com uma forte desigualdade social, uma imposição impiedosa da ambição de poucos sobre a necessidade de muitos, e um projeto de nação fabricado pelo mercado externo.

Desde a oficialização da propriedade privada pela Lei de Terras, até o seu processo de estrangeirização, a concentração fundiária e o êxodo rural estiveram presentes, acompanhados sempre por seus principais elementos, o latifúndio, o latifundiário e o expropriado. Evidenciando o fato de que os conflitos violentos no campo, em um país com a quinta maior extensão territorial do mundo, não são fruto de uma carência de terra, mas sim, da privação ao acesso democrático desse bem natural.

As transformações geradas mediante a modernização do sistema produtivo assistida pela intensificação do capitalismo no campo, vieram ressaltar a complexa natureza hierárquica da organização social do país, e não sanar suas contradições. Os avanços oriundos da industrialização, sempre tiveram como foco, beneficiar uma parcela ínfima da população, enquanto o restante, obedecendo o ritmo das máquinas, se encontram ainda mais explorados.

Apesar desse processo também acarretar em algumas melhorias para a população como um todo, é preciso compreender que quando ocorrem, estas fogem de sua essência e se tratam na verdade de migalhas caídas. A exemplo disso, destaca-se a abolição da escravidão, que apesar de ter formalizado o fim de uma prática desumana, não se consumou por esse motivo, mas sim, para abastar ainda mais seus patronos.

A relação simbiótica entre a burguesia conservadora e o Estado, apenas expressa o antagonismo inconciliável das diferentes classes que compõe a sociedade brasileira. Através do fortalecimento do aparelho repressivo do Estado, uso de medidas políticas, e propagandas ideológicas, atuam impiedosamente, no silenciamento dos movimentos sociais e na dominação da classe trabalhadora, acentuando a disparidade socioeconômica.

Do mesmo modo que há um profundo antagonismo no interior do país, a sua expressão no contexto mundial também ocorre. Tornando a imponência da elite brasileira, aos olhos das empresas transnacionais, em nada mais, do que serventes do capital financeiro internacional.

Em suma, o uso e a ocupação da terra no Brasil, nunca teve como função contemplar as necessidades daqueles que nela trabalham, e sim dos que estão cada vez mais alheios à ela. Marcada historicamente pelo latifúndio, atraso social, extrema exploração do trabalho, e uma eterna dependência do mercado internacional, além de ser fonte de graves desequilíbrios ambientais, a estrutura agrária brasileira se encontra bastante distante de uma organização democrática.

Destarte, a reivindicação e a luta por um sistema político econômico igualitário, que preze pela soberania nacional, que caminhe em compasso com natureza e ressalte o caráter humano, nunca foi tão crucial para o nosso desenvolvimento como nação e sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão Popular/ASPTA, 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2019: informe anual**. Brasília. 2019.

BLAIKIE, P. M. **The political economy of soil erosion in developing countries**. New York: Wiley, 1985.

CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo, (orgs.). **MST, Universidade e Pesquisa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil**. Texto para discussão n° 177, maio. Disponível em www.eco.unicamp.br, 2010.

_____. **Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil**. Revista Economia 13.3b., 2012.

CARVALHO, Horácio Martins de. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. *In*: STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas (org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 7.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Agricultura e questão agrária no Brasil: Condicionantes estruturais da concentração fundiária**. Montevideu, Uruguai: VI Coloquio Internacional de la SEPLA, 2010.

_____. **Economia Agrária**. Rio de Janeiro: Fundação CECiERJ, 2015.

CARTILHA. **Programa agrário do MST 2014**. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, 2014.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira**. Campinas, 1984.

_____. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1861>. Brasília, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora de São Paulo. Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

_____. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000: 239-262. v. 1.

GÓMEZ M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural**. 2006. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, Resistência e Emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**, 2008. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GRAZIANO da Silva, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. *Edição Rev., Campinas: UNICAMP. IE*. 1998

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. Vol. 131. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. A formação do proletário rural no Brasil – 1971. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda-1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2012: 127-146. v. 2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/vi-sualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

Lenin, Vladimir I. **O Programa Agrário** da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MATOS, P. F.; PESSOA, V. L. S. **A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território**. *Geo Uerj* 2.22, 2011: 290-322.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. **O cativo da terra**. 9. ed., 3. reimp. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MARTINS, Rodrigo Constante. **Ruralidades, trabalho e meio ambiente**: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. EdUFSCar, 2014.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

MAZALLA NETO, Wilson. Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho. *In*: NOVAES, H; MAZIN, A. D; SANTOS, L (orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras expressões, 2015: 231-262

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. **Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira**. *Serviço Social & Sociedade* 110.1, 2012: 213-240.

NOVAES, H; MAZIN, A. D; SANTOS, L (orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras expressões, 2015: 41-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas (orgs.). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 7.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra**: (des) construindo uma definição a partir da Geografia. Revista NERA 36, 2017: 20.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho**: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. Sociedade & Natureza 22.2, 2010: 347-355.

PIQUERAS, A; DIERCKXSENS, W. (orgs.). **O capital frente ao seu declínio**. Fim da unipolaridade global: transição para o pós-capitalismo?. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PRADO Junior, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense. 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAAD Filho, Alfredo. **Neoliberalismo**: Uma análise marxista. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx 3.4, 2015: 58-72.

SADER, Eder, ed. **Che Guevara: política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

SANTOS, Selma de Fátima. A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. *In*: NOVAES, H; MAZIN, A. D; SANTOS, L (orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras expressões, 2015: 41-64.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Marcio Antônio Botha da. **Lei de Terras de 1850**: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. Revista Brasileira de História, 2015: 87-107. v. 35. n° 70.

STEDILE, João Pedro; Fernandes, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

_____. (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: O debate tradicional: 1500 - 1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v. 1.

_____. (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: O debate na esquerda: 1960 - 1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. v. 2.

_____; ESTEVAM, Douglas (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 7.

_____. (org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. v. 1.

TAVARES, M. C. **Império, território e dinheiro**. In: Fiori, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Vozes. Petrópolis, RJ, 1999.